



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS**

**EDITAL Nº 004/2020/SMS/PMCL 07/05/2020.**

**Torna público o processo seletivo simplificado destinado à contratação/designação para exercício das funções públicas de Médico Plantonista (Clínico) - plantão de 12 horas, e para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público da Administração Pública Municipal de Conselheiro Lafaiete - MG, nos termos da Lei Municipal nº 5.811, de 19 de junho de 2016, tendo como locais de trabalho EXCLUSIVAMENTE O HOSPITAL CAMPANHA COVID-19 – MUNICIPAL e ALA ESPECÍFICA NA POLICLÍNICA MUNICIPAL PARA PACIENTES POSITIVOS E/OU SUSPEITA DE COVID-19.**

O Prefeito do Município de Conselheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais que lhe conferem o art. 90, incisos IX, e o art. 129 da Lei Orgânica Municipal, e;

**CONSIDERANDO** que através da Portaria 188 de 03 de fevereiro de 2020 expedida pelo Ministério da Saúde foi declarada emergência em saúde pública de importância nacional em decorrência da infecção humana pelo Novo Coronavírus – COVID-19;

**CONSIDERANDO** a Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que “dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019”;

**CONSIDERANDO** o Decreto Estadual nº 113, de 12 de março de 2020, que decretou situação de emergência no Estado de Minas Gerais, em razão do surto de doença respiratória 1.5.1.1.0 – Coronavírus;

**CONSIDERANDO** a classificação pela Organização Mundial de Saúde, no dia 11 de março de 2020, como pandemia do Novo Coronavírus;

**CONSIDERANDO** o Decreto Municipal nº 574, de 16 de março de 2020, que decretou a situação de emergência em saúde pública no município em razão de surto de doença respiratória 1.5.1.1.0 – coronavírus e dispõe sobre as medidas para seu enfrentamento, nos termos da orientação prevista na Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020;

**CONSIDERANDO** o Decreto Municipal nº 581, de 06 de abril de 2020, que dispõe sobre a requisição administrativa do imóvel localizado na Rua Tavares de Melo, nº 29, Centro, Conselheiro Lafaiete, pertencente à Sociedade Casa de Saúde Dr. Narciso Ltda., CNPJ 19.715.150/0001-0, onde está instalada a Associação Beneficente São Camilo, mantenedora do Hospital São Camilo, CNPJ nº 19.719.103/0001-34, além do mobiliário que garante o imóvel, como medida necessária para o controle e enfrentamento da pandemia de Covid-19 (Coronavírus) no âmbito municipal;

**CONSIDERANDO** a necessidade de manter a estrutura mínima da equipe, com o número de servidores necessários para atendimento no **Hospital Campanha COVID-19- Municipal e ala específica na Policlínica Municipal para pacientes positivos e/ou em suspeita de COVID-19** para funcionamento e escala do serviço de saúde;



**CONSIDERANDO** a necessidade de substituições dos servidores que estejam temporariamente afastados ou impedidos de exercer as funções de seus cargos visando a continuidade da prestação do serviço público;

**CONSIDERANDO** que por força do art. 196 da Constituição da República de 1988, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

**CONSIDERANDO** a comprovação da necessidade de contratação/designação das funções públicas de **Médico Plantonista (Clínico) - plantão de 12 horas**, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público da Administração Pública Municipal de Conselheiro Lafaiete, nos termos da Lei Municipal nº 5.811/2016, notadamente dos arts. 1º, 2º, incisos IV, X, XV, XVI, c/c alíneas “a” e “c” do § 1º, art. 3º, dentre outros;

**CONSIDERANDO** que a contratação/designação das funções públicas de **Médico Plantonista (Clínico) - plantão de 12 horas**, é para manter a escala de plantão no **Hospital Campanha COVID-19-Municipal e ala específica na Policlínica Municipal para pacientes positivos e/ou suspeitos de COVID-19**, no atendimento ao paciente positivo para COVID-19.

**CONSIDERANDO** que, de acordo com §2º do art. 3º da Lei 5.811/2016, o processo de seleção simplificada será feito por meio de processo de comprovação de experiência do profissional e/ou análise curricular, tendo em vista que está comprovada a situação excepcional e hipótese de flagrante o prejuízo ao interesse público;

**CONSIDERANDO** que os vencimentos das funções públicas do pessoal contratado/designado temporariamente não poderão ser superiores aos vencimentos pagos aos servidores efetivos constante do Plano de Cargos e Salários do Município e que, caso a função estipulada na contratação temporária seja idêntica aos cargos e atribuições de servidores efetivos, o vencimento deverá corresponder ao vencimento de início de carreira do respectivo cargo, em consonância com o parágrafo único do art. 6 da Lei 5.811/2016;

**CONSIDERANDO** que no Edital 003/2020/SMS/PMCL não tem mais quadro de reserva para a **função pública de Médico Plantonista (Clínico) - plantão de 12 horas**, sendo oportuno a repetição de processo se seleção;

#### **RESOLVE:**

**TORNAR PÚBLICO**, por meio do presente Edital, o processo seletivo simplificado, destinado à contratação/designação, por tempo determinado, da função pública de **Médico Plantonista (Clínico) - plantão de 12 horas**, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público da Administração Pública Municipal de Conselheiro Lafaiete - MG, nos termos da Lei Municipal nº 5.811/2016, notadamente dos arts. 1º, 2º, incisos IV, X, XV, XVI, c/c alíneas “a” e “c” do § 1º, art. 3º, dentre outros, **tendo como locais de trabalho EXCLUSIVAMENTE o Hospital Campanha COVID-19 – Municipal e ala específica da Policlínica Municipal para pacientes positivos e/ou suspeitos de Covid-19.**

O Processo Seletivo Simplificado (PSS) a que se refere este Edital é o previsto na Lei Municipal nº 5.811/2016, não se constituindo em concurso público de provas ou de provas e títulos, conforme determina o art. 37, inciso II da Constituição da República.

A contratação temporária será realizada pelas normas e instruções especiais previstas neste Edital, por meio de processo de seleção simplificada, que será feito à vista de comprovação de experiência do profissional e/ou análise curricular, por meio de Títulos e Declarações Idôneas, para as funções pública de **Médico Plantonista (Clínico) - plantão de 12 horas.**



## 1 - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1.1 - Compreende-se processo de seleção simplificada, para os fins deste Edital, a inscrição, classificação, chamada e contratação/designação de profissionais habilitados para as funções pública de **Médico Plantonista (Clínico) - plantão de 12 horas**.

1.2 - Caberá à Comissão de Organização do Processo Seletivo Simplificado e de Avaliação e Julgamento, especialmente designada para esse fim, a coordenação geral, organização, realização e deliberação sobre seleção de candidatas no processo seletivo simplificado.

1.3 - O período de validade deste Edital vigorará enquanto perdurar o estado de emergência causado pelo Novo Coronavírus, responsável pelo surto iniciado em 2019.

1.4 - As contratações/designações realizadas por tempo determinado, nos termos deste Edital, obedecerão aos prazos estabelecidos no art. 4º da Lei Municipal nº 5.811/2016.

1.5 - Todos os horários previstos neste Edital referem-se ao oficial de Brasília.

## 2 - DO LOCAL, HORÁRIO DAS INSCRIÇÕES E DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO PROCESSO SELETIVO

### 2.1 - DAS INSCRIÇÕES

2.1.1 - As inscrições serão realizadas pelo e-mail [editalcovid@conselheirolafaiete.mg.gov.br](mailto:editalcovid@conselheirolafaiete.mg.gov.br) mediante envio de formulário específico pelo candidato, nos moldes do Anexo I deste Edital e currículo Profissional, no período que compreende o dia 09 a 12 de maio de 2020.

2.1.2 – Devido à necessidade de diminuição do fluxo de pessoas e de se evitar aglomeração, não será permitida outra forma de realização de inscrição.

### 2.2 – DA DOCUMENTAÇÃO

2.2.1 – O candidato deverá enviar para o e-mail [editalcovid@conselheirolafaiete.mg.gov.br](mailto:editalcovid@conselheirolafaiete.mg.gov.br), o anexo I deste Edital, conjuntamente com o currículo profissional, informando no campo Assunto do e-mail qual a função irá concorrer.

2.2.2 – O candidato deverá, obrigatoriamente, indicar na ficha de inscrição, a opção de função, conforme o Quadro do subitem 3.1.

2.2.2.1 – Efetivada a inscrição, não serão aceitos pedidos para alteração de função.

2.2.2.2 – O candidato que não inserir no e-mail: [editalcovid@conselheirolafaiete.mg.gov.br](mailto:editalcovid@conselheirolafaiete.mg.gov.br) toda a documentação exigida no subitem 2.2.1, será **AUTOMATICAMENTE DESCLASSIFICADO**.

2.2.2.3. Em caso de envio de mais de um e-mail por candidato, será considerado válido o último e-mail enviado.

2.2.3 - Não serão aceitos pedidos de inscrição em caráter condicional.

2.2.4 – Tendo em vista que a presente seleção tem como objetivo a formação de cadastro de profissionais para atendimento direto ou indireto aos pacientes confirmados ou suspeitos de Coronavírus, fica **VEDADA** a participação e contratação de candidatos pertencentes ao grupo de pessoas consideradas vulneráveis frente ao novo Coronavírus (COVID-19), conforme lista abaixo:

a) Não possuir idade igual ou superior a 60 anos;



- b) Diabetes insulino dependente;
- c) Insuficiência renal crônica;
- d) Doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC);
- e) Enfisema Pulmonar;
- f) Asma moderada ou grave;
- g) Tuberculose ativa ou seqüela pulmonar decorrente da tuberculose;
- h) Doenças cardíacas;
- i) Insuficiência cardíaca;
- j) Hipertensão arterial sistêmica severa;
- k) Imunodeprimidos, salvo aqueles acometidos com doenças auto imunes sem uso de imunossupressores,
- l) Obesidade mórbida com IMC igual ou superior a 40;
- m) Cirrose ou insuficiência hepática;
- n) Gestantes ou lactantes de crianças até 1 (um) ano de idade.

2.2.5 - São requisitos para a inscrição e investidura:

- a) Ter idade mínima de 18 anos completos na data da inscrição;
- b) Ser brasileiro nato ou naturalizado ou estrangeiro com visto permanente no Brasil;
- c) Estar quite com obrigações eleitorais;
- d) Estar em pleno gozo de seus direitos civis e políticos.
- e) Possuir aptidão física e mental.
- f) Quando do sexo masculino, ter documento que comprove estar em dia com as obrigações militares;
- g) Ter concluído o nível de escolaridade exigido para a função e ter o registro no órgão competente, quando para o exercício da profissão o mesmo for exigido.
- h) Para inscrever-se, o candidato deverá no período de divulgação e inscrição, ler na íntegra o Edital e preencher o Formulário de Inscrição, no qual declarará estar ciente das condições exigidas para admissão e das normas expressas no Edital.
- i) Ter disponibilidade de tempo para exercer suas atividades, conforme carga horária descrita no subitem 3.1, deste Edital.
- j) Não estar entre as vedações descritas no subitem anterior.

2.2.6 - É de inteira e exclusiva responsabilidade do candidato o completo e correto preenchimento dos dados de inscrição, não se responsabilizando a municipalidade por eventuais prejuízos causados pelo preenchimento incorreto dos dados de inscrição, nem pela inscrição não efetivada por motivos de ordem técnica, de falhas de comunicação ou outros que impossibilitem a efetivação da inscrição.



2.2.7 - Não será permitido o cadastramento de currículo para mais de 01 (uma) função/vaga constante do presente processo seletivo.

2.2.8 - O inscrito será **DECLASSIFICADO** do PSS caso se enquadre na situação de candidatos pertencentes ao grupo de pessoas consideradas vulneráveis frente ao novo Coronavírus (COVID-19), prevista no item 2.2.4 deste Edital.

2.2.9 – É de inteira e exclusiva responsabilidade do inscrito no PSS acompanhar todas as publicações e convocações sobre o certame, as quais serão divulgadas na página eletrônica do município de Conselheiro Lafaiete e no quadro de aviso da Secretaria Municipal de Saúde de Conselheiro Lafaiete.

2.2.10 – Responde o inscrito no PSS pela veracidade do conteúdo das informações que apresentar, respondendo civil, criminal e/ou administrativamente em caso de falsidade ou inconsistência das informações.

2.2.11 – A constatação de falsidade documental, a qualquer tempo, induzirá na desclassificação do inscrito/selecionado ou na rescisão do contrato administrativo, se já celebrado, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e/ou criminais cabíveis.

### **3 – DO LOCAL DE TRABALHO, DA ESCOLARIDADE/REQUISITOS, DO NÚMERO DE VAGAS E DO VENCIMENTO DAS FUNÇÕES PÚBLICAS**

3.1 - Será realizada seleção para a função especificada no quadro a seguir:

<b>FUNÇÕES PÚBLICAS E LOCAL DE TRABALHO</b>	<b>REQUISITOS DE ESCOLARIDADE</b>	<b>Nº VAGAS</b>
<b>1. Médico Plantonista (Clínico) - plantão de 12 horas</b>	Profissional de nível superior completo em Medicina, com Registro no CRM-MG	20 (vinte) + quadro de reserva

### **4 DOS VENCIMENTOS E DA DURAÇÃO DO TRABALHO**

4.1. Os vencimentos das funções públicas objeto deste Edital serão assim definidas:

a) **Médico - Plantonista (Clínico) – Policlínica Municipal (plantão de 12 horas)** Correspondente aos vencimentos de início de carreira do respectivo cargo dos servidores efetivos constante do Plano de Cargos e Salários do Município e não superiores aos vencimentos pagos a estes: **R\$ 993,05 (novecentos e noventa e três reais e cinco centavos) de segunda a sexta-feira ou R\$ 1.324,08 (um mil e trezentos e vinte e quatro reais e oito centavos) em sábados e domingos, por Plantões de 12h(doze horas)** com, nos termos da Lei nº 3.597/94, alterada pela Lei nº 5.599, de 24 de abril de 2014 (**último reajuste pela Lei Municipal nº 6.008/2020**), bem assim nos horários de entrada e de saída a serem definidos pela Diretoria de Atenção Especializada da Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com a necessidade do horário de funcionamento da unidade de saúde em que for lotado;

### **5 - DO REGIME, DIREITOS E DEVERES DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA**

5.1 - Os servidores contratados/designados temporariamente com base neste Edital submeter-se-ão ao regime de direito público de natureza administrativa, sendo admitidos para exercerem funções e não cargos existentes na estrutura de pessoal do Município, nos termos do art. 7º da Lei Municipal nº 5.811/2016, observando o seguinte:

I - inexistência de vínculo empregatício ou estatutário com a Administração Municipal;

II - inexistência de estabilidade de qualquer tipo;



III - sujeição absoluta dos contratados aos termos da Lei Municipal nº 5.811/2016, do Contrato e das normas Editadas pela Administração em relação à contratação temporária;

IV - possibilidade de rescisão unilateral dos contratos sempre que se configurar desnecessária a continuação dos serviços, ou por cometimento de faltas disciplinares, sem direito a qualquer indenização.

5.2 - Os servidores temporários serão filiados ao Regime Geral da Previdência Social, devendo incidir sobre sua remuneração os demais encargos obrigatórios, quando cabível, nos termos do art. 8º da Lei Municipal nº 5.811/2016 e, caso não haja prorrogação do contrato, as férias serão exclusivamente pagas ao contratado, ao final do contrato, acrescidas de 1/3 (um terço) constitucional sobre as mesmas, de maneira integral ou proporcional, conforme o tempo trabalhado, como também o décimo terceiro salário.

## 6 - DAS ATRIBUIÇÕES GERAIS, ESPECÍFICAS

1.1 São atribuições gerais e específicas de todos os cargos constantes do quadro descrito no subitem 3.1 aqueles dispostos na lei nº 3.597/94, alterada pela lei nº 5.599, de 24 de abril de 2014.

## 7. DA PONTUAÇÃO

7.1 – Serão atribuídos 05 (cinco) pontos, por período completo e comprovado de 12 (doze) meses, por experiência no exercício da função, para todos as funções descritas no item 3.1, limitada a 100 (cem) pontos,

7.1.1 - Para efeito de pontuação da experiência profissional não serão considerados períodos concomitantes de trabalho;

7.1.2 - Será permitida a soma de períodos fracionados, desde que não concomitantes;

7.1.3 – A EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL será considerada somente o tempo de serviço prestado estritamente na **função pleiteada pelo candidato**. Não será computada como EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL qualquer tipo de estágio curricular, monitoria, docência ou prestação de serviços como voluntário.

## 8 – DO RESULTADO PARCIAL

8.1 - O Resultado Parcial do Processo Seletivo Simplificado será divulgado no quadro de aviso da Secretaria Municipal de Saúde e, na página eletrônica do município <http://conselheirolafaiete.mg.gov.br/v2/>, Acesse aqui O Portal Transparência, Processos Seletivos, **cabendo aos candidatos acompanhar as informações.**

## 9 - DOS RECURSOS

9.1 - Caberá recurso por meio de requerimento escrito e devidamente fundamentado, em qualquer ato do processo seletivo simplificado publicado, diretamente à Comissão de Organização do Processo Seletivo Simplificado e de Avaliação e Julgamento, nas primeiras 24 (vinte e quatro) horas da divulgação do resultado preliminar, a ser apresentado nos moldes do modelo do Anexo II.

9.2 – O recurso (Anexo II deste Edital), deverá ser enviado para o e-mail [editalcovid@conselheirolafaiete.mg.gov.br](mailto:editalcovid@conselheirolafaiete.mg.gov.br), devendo o candidato informar no campo Assunto do e-mail “Recurso PSS 004/2020/SMS/PMCL”

9.3 - Serão rejeitados liminarmente os recursos enviados fora do prazo improrrogável de 24 (vinte e quatro) horas, da publicação do resultado preliminar, ou não fundamentados, e os que não contiverem dados necessários à identificação do candidato, como seu nome, número de inscrição e função.



9.4 - O recurso deverá ser individual, com a indicação daquilo em que o candidato se julgar prejudicado, e devidamente fundamentado, comprovando as alegações com citações de artigos, de legislação, itens, páginas de livros, nomes dos autores etc., e, ainda, a exposição de motivos e argumentos com fundamentações circunstanciadas, conforme supra referenciado.

9.5 - O candidato deverá ser claro, conciso e objetivo em seu pleito.

9.6 - A decisão da Comissão de Organização do Processo Seletivo Simplificado e de Avaliação e Julgamento será irrecorrível, consistindo em última instância para recursos, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos administrativos adicionais, exceto em casos de erros materiais, havendo manifestação posterior da referida Comissão.

## 10 - DO RESULTADO FINAL

10.1 - Transcorrido o prazo sem a interposição de recursos ou ultimado os seus julgamentos, a Comissão de Organização do Processo Seletivo Simplificado e de Avaliação e Julgamento encaminhará o resultado do processo seletivo para o Prefeito Municipal homologar.

10.2 – No caso de empate será observado o critério de maior idade.

10.3 – O resultado final do PSS será disponibilizado no site eletrônico do município de Conselheiro Lafaiete - <http://conselheirolafaiete.mg.gov.br/v2/>, Acesse aqui O Portal Transparência, Processos Seletivos.

10.3.1 – O ato de homologação do Processo Seletivo Simplificado surtirá seus efeitos legais a partir de sua publicação no Diário Oficial do Município.

10.3.2 – A convocação de selecionado para assinatura de Contrato Administrativo, se dará por meio de publicação do ato de convocação na página eletrônica do município de Conselheiro Lafaiete - <http://conselheirolafaiete.mg.gov.br/v2/>, Acesse aqui O Portal Transparência, Processos Seletivos.

## 11– DA RESERVA E DO PREENCHIMENTO DAS FUNÇÕES

11.1 - Os candidatos aprovados e classificados serão contratados/designados para provimento das funções dos cargos retro mencionados de acordo com o número de vagas definido no subitem 3.1 deste Edital, para atendimento da demanda, ficando submetidos ao Estatuto dos Servidores Públicos do Município e demais legislações afins; sendo que a convocação conforme a necessidade e a critério da Administração para admissão dos candidatos habilitados obedecerá rigorosamente à ordem de classificação, não gerando o fato de aprovação, direito à admissão.

11.2 - A convocação para preenchimento das funções será efetuada pelo executivo municipal, no site da Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete, tendo os convocados, **o prazo máximo de 24h (vinte e quatro horas)**, para apresentar-se no Departamento de Recursos Humanos, sob pena de decadência de direito, munidos dos seguintes documentos:

- a) certidão de nascimento se solteiro for, ou de casamento quando for o caso;
- b) certidão de nascimento de filhos menores de 14 (catorze) anos;
- c) título de eleitor e comprovante de votação ou justificativa de ausência na última eleição;
- d) certificado de reservista para candidato do sexo masculino;
- e) comprovante de escolaridade de acordo com a escolaridade exigida;
- f) número de inscrição PIS-PASEP;



- g) CPF e carteira de identidade;
- h) comprovante de residência atualizado;
- i) registro no Conselho de Classe quando couber;
- j) comprovar o atendimento das condições previstas no subitem 2.2.5 deste Edital;
- k) Apresentar comprovação de experiência profissional declarada no Currículo Profissional.

11.3 - O candidato classificado e convocado, que não comparecer no prazo estabelecido no subitem 11.2 deste Edital ou não entrar em exercício no prazo fixado pelo Departamento de Recursos Humanos ou pela Secretaria Municipal de Saúde, perderá automaticamente o direito a contratação e será convocado o próximo candidato da ordem de classificação para assumir a função.

11.4 - A classificação no presente não gera aos candidatos direito a contratação para a função, cabendo à municipalidade o direito de aproveitar os candidatos aprovados em número estritamente necessário, não havendo obrigatoriedade na contratação, respeitados sempre a ordem de classificação.

11.5 - Quando o candidato não possuir em carteira de trabalho a comprovação da experiência profissional na área para a qual se inscreveu, o mesmo deverá apresentar certidão ou declaração da empresa empregadora emitida em papel timbrado, com o CNPJ e assinatura do responsável pelo Departamento de Recursos Humanos e/ou Representante Legal da empresa, atestando a função exercida na empresa e o período em que a desempenhou;

11.6 - Quando ocorrer divergências entre a nomenclatura registrada na carteira de trabalho e a função para a qual se inscreveu, deverá o candidato apresentar Certidão ou Declaração, original ou cópia autenticada em cartório, expedida pela empresa empregadora em papel timbrado, constando o CNPJ e assinada pelo responsável pelo Departamento de Recursos Humanos e/ou Representante Legal da empresa, com a descrição detalhada das atividades desenvolvidas no período trabalhado a fim de se verificar a equivalência às atribuições exigidas neste regulamento.

## 12 - DAS VEDAÇÕES À CONTRATAÇÃO

12.1 - É vedada a acumulação de cargos, empregos e funções, nos termos dos incisos XVI e XVII, do art. 37 da Constituição, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998.

12.2 - É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos art. 42 e 142 com ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma da Constituição, nos termos do § 10º do art. 37 da Constituição, incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998.

## 13 - DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 - A validade deste Processo Seletivo Simplificado será até perdurar o estado de calamidade pública ocasionado pela epidemia do COVID-19, contado da data de sua homologação.

13.2 - A inexistência das afirmativas e/ou irregularidades dos documentos apresentados, mesmo que verificadas a qualquer tempo, em especial na ocasião da contratação, **acarretarão a nulidade da inscrição e desqualificação do candidato**, com todas as suas decorrências, sem prejuízo de medidas de ordem administrativa, cível e criminal.

13.3 - Os casos omissos em relação a este Processo Seletivo Simplificado serão resolvidos pela Comissão de Organização do Processo Seletivo Simplificado e de Avaliação e Julgamento.





13.4 - As datas estabelecidas neste Edital poderão sofrer mudanças em virtude do número de candidatos inscritos ou por qualquer outro motivo de força maior, caso em que a Comissão de Organização do Processo Seletivo Simplificado e de Avaliação e Julgamento divulgará outro cronograma.

13.5 – Não será fornecido aos candidatos qualquer documento comprobatório de classificação no processo seletivo, valendo para este fim, a publicação oficial divulgada nos quadros de aviso da Secretaria Municipal de Saúde e da Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete, disponibilizando, no site da Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete.

13.6 - É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar a publicação/divulgação de todos os atos/editais/anexos/comunicados/convocações, referentes a este processo seletivo simplificado.

Conselheiro Lafaiete, 07 de maio de 2020.

**Mário Marcus Leão Dutra**  
Prefeito Municipal

**José Antônio dos Reis Chagas**  
Procurador Municipal

**Rita de Kássia da Silva Melo**  
Secretária Municipal de Saúde

Publicado no quadro de avisos do Prédio da Secretaria Municipal de Saúde e da Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete, em mesmo dia, mês e ano de sua data. Conselheiro Lafaiete, 07 de maio de 2020.



**ANEXO I**  
**FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO**  
**EDITAL Nº 004/2020/SMS/PMCL**

**FUNÇÃO PÚBLICA DE MÉDICO PLANTONISTA (CLÍNICO) – Plantão de 12 horas**

**Telefones para contato:** ( ) \_\_\_\_\_

**DADOS PESSOAIS:**

Nome do candidato: \_\_\_\_\_

Sexo: M ( ) F ( )

Estado Civil: \_\_\_\_\_ Data de Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Naturalidade: \_\_\_\_\_ Nacionalidade: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ Órgão Emissor: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

Data de Emissão: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

PIS/PASEP: \_\_\_\_\_

Título de Eleitor: \_\_\_\_\_ Zona: \_\_\_\_\_ Seção: \_\_\_\_\_

Cart. Profissional: \_\_\_\_\_ Série: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_ Data de Exp.: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Cert. Reservista: \_\_\_\_\_ Série: \_\_\_\_\_ Região: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_ Nº \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

Nome do Pai: \_\_\_\_\_

Nome da Mãe: \_\_\_\_\_

Outro vínculo empregatício: Sim ( ) Não( )

1 - Local: \_\_\_\_\_

Função: \_\_\_\_\_ Tempo de serviço: \_\_\_\_\_

2 - Local: \_\_\_\_\_

Função: \_\_\_\_\_ Tempo de serviço: \_\_\_\_\_

**DECLARO, SOB AS PENAS DE LEI, QUE AS INFORMAÇÕES AQUI APRESENTADAS SÃO VERDADEIRAS E DE MINHA INTEIRA RESPONSABILIDADE E DECLARO AINDA ESTAR CIENTE E DE ACORDO COM TODAS AS REGRAS APRESENTADAS NO EDITAL DE CONVOCAÇÃO E NÃO ESTAR ENQUADRADO NAS VEDAÇÕES DESCRITAS NO ITEM 2.2.4 DESTE EDITAL.**

Conselheiro Lafaiete, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

\_\_\_\_\_  
**Assinatura do Candidato**



**ANEXO II**  
**FORMULÁRIO PARA RECURSO**  
**EDITAL Nº 004/2020/SMS/PMCL**

Nome do candidato: \_\_\_\_\_

Nº de Inscrição: \_\_\_\_\_

Ao Presidente da Comissão de Organização do Processo Seletivo Simplificado e de Avaliação e Julgamento:

Como candidato ao processo seletivo para a função de \_\_\_\_\_, solicito a revisão de minha pontuação na Avaliação Curricular, sob os seguintes argumentos:

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

Conselheiro Lafaiete, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

---

**Assinatura do Candidato**

**Atenção:**

- 1. Preencher o recurso com letra legível.**
- 2. Apresentar argumentações claras e concisas.**
- 3. O recurso deverá ser enviado para o e-mail [editalcovid@conselheiolafaiete.mg.gov.br](mailto:editalcovid@conselheiolafaiete.mg.gov.br), devendo o candidato informar no campo Assunto do e-mail "Recurso PSS 004/2020/SMS/PMCL"**